

O ESPAÇO GEOGRÁFICO DAS FECULARIAS EM MATO GROSSO DO SUL**SPACE OF GEOGRAPHICAL THE STARCH FACTORIES IN MATO GROSSO DO SUL**Ucleber Gomes Costa¹Lisandra Pereira Lamoso²**RESUMO**

O presente trabalho analisa as características do espaço geográfico produzido pela atividade mandiocueira – composta pelo cultivo, industrialização e comercialização da mesma – na porção Sudeste e extremo Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre o cultivo, procurou-se compreender as relações de trabalho estabelecidas entre agricultores, arrancadores e contratantes. Aplicamos questionários em seis feculárias, trinta agricultores, entrevistamos um técnico da Agraer, um funcionário do Banco do Brasil, dez trabalhadores que atuam no arranque da mandioca e um organizador de turma. Analisamos o trabalho na fábrica, onde estivemos numa condição de *observador participante*, visto que as situações estavam depositadas em nossa memória. As relações de subordinação do trabalho do agricultor familiar às feculárias ocorrem de duas formas: pela monopolização do capital no território, quando as empresas compram a matéria-prima do agricultor; e pela territorialização do capital, quando as indústrias arrendam e/ou plantam em terras próprias.

PALAVRAS-CHAVE: Feculárias; Industrialização; Relações de produção; Relações de trabalho.

ABSTRACT

The present paper analyzes the features of the geographical space produced for the productive activity of cassava – composed by the cultivation, industrialization and commercialization of the same – in the southeast and extreme south portion of the State of Mato Grosso do Sul. Regarding the cultivation, we tried to understand the working relationship established between farmers, starters and contractors. We applied questionnaires in six starch factories, thirty farmers; we interviewed an Agraer technical worker, a Banco do Brasil worker, ten workers who operate in the boot of cassava, and one organizer of classes. We analysed the work at the factory, where we went as *participant observers*, since the situations were deposited in our memories. The relations of subordination of work of the family farmers by the starch factories occur in two ways: by the

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

monopolization of capital in the territory, when the enterprises buy raw material from the farmer; and by the territorialization of the capital, when the industries lease and/or cultivate in their own lands.

KEYWORDS: Starch factories; Industrialization; Production relationship; Working Relationships.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo investigar as características do espaço geográfico produzido pela e para a atividade produtiva da mandioca – composta pelo cultivo, industrialização e comercialização da mesma – na porção Sudeste e extremo-Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre o cultivo, procura-se compreender as relações de trabalho estabelecidas entre agricultores, arrancadores e contratantes. A industrialização delimita as feclarias localizadas nos Municípios de Ivinhema, Naviraí, Deodópolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia e Anaurilândia. A comercialização recorta, principalmente, a inserção dessa produção no mercado nacional a partir da valorização da fécula pela indústria alimentícia e, secundariamente, no mercado internacional do amido e seus sucedâneos.

O ponto de partida teórico pauta-se na formação sócio-espacial. Essa categoria tem base na tradição marxista, a partir da FES (Formação Econômica e Social) e foi aperfeiçoada por Santos em 1977. Para Santos (2008), modo de produção, formação social e espaço, são categorias interdependentes. O princípio é buscar a totalidade sem desconsiderar as partes - pois o modo de produção capitalista se reproduz de forma diferente em espaços diversos - visto a dialética que se constitui entre a ordem global e a ordem local no espaço. Para Santos (2008, p. 34) “o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço”. Assim, “O modo de produção seria o ‘gênero’ cujas formações sociais seriam a ‘espécie’ (SANTOS, 2008, p. 26). O modo de produção não se reproduz de forma padronizada, conforme indicou Milton Santos, devido às particularidades da formação social e as particularidades do espaço serem determinantes e, portanto, interdependentes. A pesquisa baseia-se na compreensão da formação sócio-espacial para mostrar as particularidades da mandiocultura, principalmente a destinada a produção de fécula.

Também considera-se que o (...) “modo de produção se expressa pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho” (SANTOS, 2008, p. 28). As formas

sociais e as técnicas antigas impõem resistência às novas formas e técnicas que procuram se expandir e se acomodar dentro do modo de produção, assim, os lugares caracterizam-se por diferentes condições técnicas e pelo acúmulo desigual de tempos. O principal é que esse modo de produção não se reproduz por igual em todos os lugares. Nisso está a riqueza da categoria, em não homogeneizar processos de acumulação, bem como as relações de trabalho, que podem guardar singularidades de uma região para outra.

No Mato Grosso do Sul, um importante registro deve ser creditado ao reconhecimento dos impactos nas comunidades indígenas que Brand (1993) chamou de “confinamento dos indígenas”. Isso foi fomentado pelo Estado brasileiro, sobretudo com os militares no poder, que incentivaram a migração de nordestinos, sulistas e sudestinos para esta porção do território, visando um uso racional do espaço em moldes capitalistas. Fabrini (1996) estudou a posse da terra e os sem-terra no Sul de Mato Grosso do Sul, no município de Itaquiraí, e registrou que nesta porção regional houve a ocupação da fazenda Itasul. A partir dessa ocupação e da formação do assentamento, os pequenos proprietários de terra tiveram a possibilidade de vender sua produção, ou excedente de sua produção, para pequenas indústrias que “nasceram” nesse processo como laticínios e fecularias (FABRINI, 1996, p.167).

Segundo Mizusaki (2009) a apropriação fundiária no Mato Grosso do Sul expressa a configuração de suas atividades e do desenvolvimento das forças produtivas. Nos espaços que foram constituídos por latifúndios com extensão maior que 1.000 ha, desenvolveram-se a pecuária e, em menores quantidades, a produção de soja e cana-de-açúcar. Nas propriedades de médio porte, entre 100 e 1.000 ha, desenvolveram-se a pecuária e as culturas agrícolas da soja e do trigo, já nos minifúndios, principalmente nas áreas de colonização oficial com extensões menores que 100 ha (que é em essência a realidade do Sul do Estado, portanto de nosso estudo de caso, desenvolveram-se as atividades relacionadas às culturas do arroz, feijão, mandioca, soja, pecuária leiteira e também a agroindústria de aves e suínos.

O Estado, em conjunto com a iniciativa privada³, foi decisivo em fomentar o modo industrial de produção e a formação de condições propícias para que os camponeses produzissem matéria-prima para a indústria. As fecularias assim como outras indústrias foram atraídas por incentivos e por acharem também possibilidade de retorno imediato em Mato Grosso do Sul. De acordo com Le Bourlegat *et al* (2004), principalmente o Sudeste de

³ Sobre esse assunto ver o trabalho de Oliveira, T.C.M. (1993).

Mato Grosso do Sul foi colonizado pelos sulistas, sobretudo de agricultores paranaenses e catarinenses, por um processo de avanço de fronteiras agrícolas, desde as décadas de 1950 e 1960, com mais intensidade a partir de 1970/80 do século XX. Esses migrantes traziam consigo a tradição de cultivar a mandioca para fins industriais, hábito adquirido nas trajetórias vividas em seus lugares de origem. As experiências inovadoras do negócio da fécula a partir de 1980 no Paraná devido sua proximidade com o Sudeste de Mato Grosso do Sul, proporcionaram investimentos capitalistas tanto para plantação de mandioca destinada à produção de matéria-prima quanto para instalação de novas plantas industriais feculeiras.

Então, para dar conta deste desafio de análise, os procedimentos metodológicos da pesquisa partiram de revisão bibliográfica, a partir da qual apontamos a história do processo de ocupação regional em contato com trabalhos que analisam os arranjos produtivos⁴ da mandioca, as relações de produção e de mercado. A pesquisa bibliográfica proporcionou, também, o entendimento do processo da industrialização brasileira, em particular da sul-mato-grossense, assim como a caracterização atual das feculárias e quais suas relações territoriais em âmbito global e nacional.

Utilizou-se também o levantamento de dados primários e secundários. Os dados secundários foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (quantidade de áreas plantadas por regiões e municípios, rendimento da mandioca etc.), no Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA (preço de raiz e de amidos), da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca - ABAM (dados relacionados à produção de produtos e subprodutos da mandioca) e *The Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO (dados relacionados à produção mundial e produtividade). Os dados secundários complementaram e fundamentaram a pesquisa, trazendo representação do complexo industrial feculeiro.

Os dados primários foram obtidos a partir de visitas técnicas a algumas propriedades e às feculárias, para observar os processos de produção e administração.

⁴ Valle (2006, p. 17) argumenta sobre os estudos realizados pela Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos Locais (REDESIST), com sede no Instituto de Economia do Rio de Janeiro; “Tais estudos levaram os pesquisadores a constatarem que no Brasil, nem sempre as aglomerações econômicas especializadas se manifestam como “sistemas produtivos locais”, uma vez que elas podem se apresentar de forma fragmentada ou com articulações ainda insuficientes, denominando tais fenômenos de “arranjos produtivos locais””.

A pesquisa de campo teve início com uma visita à SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul) em 1º de junho de 2010. Nesta visita realizou-se um levantamento de dados iniciais para posterior formação de um quadro de identificação e localização das plantas fabris feculeiras.

Foi também aplicado um questionário no mês de julho de 2011 em seis feculárias que estão localizadas nos Municípios de: Ivinhema (duas unidades), Naviraí (uma unidade), Glória de Dourados (uma unidade), Deodápolis (uma unidade) e Anaurilândia (uma unidade) (Ver Mapa 1).

As relações de produção (e subordinação) entre agricultores e feculárias são compreendidas com base em Oliveira (1991) e Martins (1991). As formas de organização na agricultura estão amparadas e firmadas no conceito de Agricultura Familiar com suporte teórico de Abramovay (1998), que defende uma maior coordenação da agricultura pelo Estado com o papel de subsidiar os produtos consumidos no mercado doméstico.

Para compreender a relação entre os agricultores e agências de fomento e de acompanhamento técnico, entrevistamos um técnico da Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) do Município de Glória de Dourados (em 22/08/2011), e um funcionário do Banco do Brasil, também da agência em Glória de Dourados (23/08/2011).

Foram entrevistados dez trabalhadores que trabalham com a arranca da mandioca e um organizador da turma conhecido como “dono da turma” de arranque de mandioca, no mês de agosto de 2011. Estas entrevistas permitiram identificar dados sócio-econômicos, condições de trabalho e a relação do “dono da turma” com os trabalhadores do arranque da raiz de mandioca e com os donos das roças.

O trabalho na fábrica foi analisado segundo o aparato teórico-metodológico do sociólogo Martins (2008), que discute o modelo de trabalho no qual o autor está numa condição de observador participante⁵ que produz uma elaboração “a posteriori”, visto que

⁵ Porém, este trabalho se difere do método de pesquisa participante destacado Brandão (2007), visto que, Brandão (2007) discorre de uma pesquisa onde o autor está numa condição participante intencional ao desenvolvimento da pesquisa, com ideologia etc., mas este trabalho está inserido na linha de pesquisa participante abordada por Martins (2008), onde o autor faz uma análise de um espaço que outrora participou, no entanto, não o fez de forma intencional. O fato é que depois de um período da vida, o autor passou por uma formação acadêmica, sua visão de mundo ganhou ressignificação. Esta é a situação da pesquisa participante no momento retratada.

as situações estão depositadas na memória do sujeito observador. Do ponto de vista metodológico, dá-se o nome a este tipo de trabalho de revelador analisador dos processos de trabalho e suas características. Essas características “não são em princípio visíveis ao pesquisador acadêmico que não tem acesso direto e espontâneo às minúcias cotidianas da produção” (MARTINS, 2008, p. 142; 143).

Ainda entrevistamos um ex-funcionário de uma fecularia do Município de Glória de Dourados, no mês de setembro de 2011, para saber as condições de trabalho, salário e as modificações ocorridas na fábrica feculeira.

A espacialização do cultivo da mandioca em mato grosso do sul

A reprodução do capital feculeiro é potencializada a partir das estratégias espaciais montadas com suas interações complexificadas pela diversificação das unidades fabris espalhadas em território sul-mato-grossense. As relações de trabalho dentro da fábrica têm sofrido alterações e mudado a cultura profissional do operariado sul-mato-grossense.

Os agricultores em sua maioria se caracterizam em possuir ou arrendar áreas de até 100 hectares, possuindo pouco aparato técnico para o cultivo, recorrendo ao aluguel de máquinas. As relações de subordinação do trabalho do agricultor familiar pelas fecularias, ocorrem de duas formas: pela monopolização do capital no território, quando as empresas compram matéria-prima do agricultor, e pela territorialização do capital no território, quando as indústrias arrendam e/ou plantam na terra.

O setor mandioqueiro de Mato Grosso do Sul subdivide-se em farinheiro e feculeiro. Os dois subsetores organizam-se de formas diferentes. O setor farinheiro está vinculado à produção em menor escala por unidade produtora, alcançando o mercado local e nacional, já o setor feculeiro tem alcance mais nacional e secundariamente, o mercado internacional, principalmente por meio dos amidos modificados e da produção de sagu.

Especialmente, farinheiras e fecularias diferenciam-se em suas organizações. As farinheiras localizam-se concentrando e centralizando produtiva e financeiramente nos Municípios das Microrregiões do Alto Taquari, Bodoquena, Campo Grande e em menor grau de Iguatemi. Já as fecularias estão localizadas e concentradas nas Microrregiões de Iguatemi e de Dourados (correspondem ao Sudeste e extremo-Sul do Estado) com

centralização administrativa e financeira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

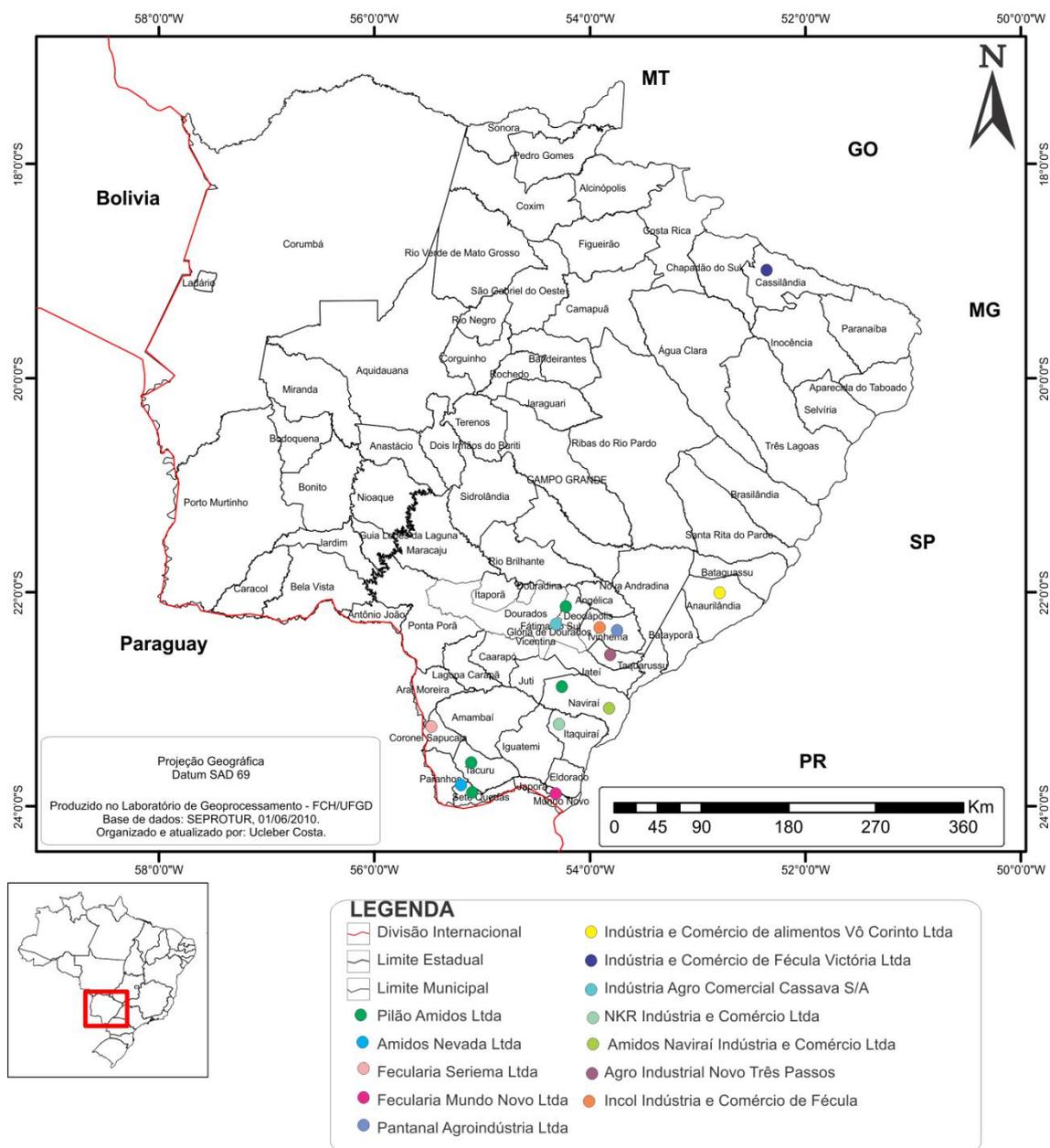
As fecularias ainda se diferenciam das farinheiras por agirem via lógica do médio e grande empresariado. As farinheiras são ligadas a lógica da produção familiar, muitas em forma de associações. Além de seus donos serem também os produtores da matéria-prima para a produção de farinha, comprando a raiz em menor quantidade de agricultores.

O setor feculeiro está concentrado nas Microrregiões de Iguatemi e de Dourados, devido sua formação sócio-espacial, ou seja, desde a década de 1950 mantém interações espaciais com os Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo pelos fluxos de pessoas (migrações) em decorrência da colonização via setor público e privado, e de investimentos. E, se insere dentro da Agricultura Familiar sul-mato-grossense, por receita (receita anual de até 110 mil reais) e extensão dos terrenos (de até 100 hectares) da maioria de seus agricultores, em parte significativa, arrendatários.

Ocupa juntamente com a cana-de-açúcar, milho, gado bovino e a soja, as principais áreas das Microrregiões de Iguatemi e de Dourados, sofrendo pressão nos últimos anos pelo setor canavieiro direta e indiretamente, visto do preço de insumos e da terra, conseqüentemente, do arrendamento, terem subido e de áreas de pastagens antes utilizadas para o manejo de gado bovino terem passado a ocupação canavieira, visto que para reforma das pastagens, costuma-se plantar mandioca para o processamento industrial, até voltar a serem pastagens novamente após um período de tempo.

⁶ Como lembra Thomaz Junior (p. 2, 2009), a constituição do agronegócio, “não se deu em um espaço esvaziado político-socialmente, nem tampouco resultou da atuação de setores e/ou teóricos vinculados à agropecuária, mas foi resultante das iniciativas levadas a efeito por empreendimentos agropecuários de grande porte, advindos da modernização agropecuária. Assim, uma "nova" agricultura – racional, científica e “progressista” – capaz de superar o "atraso" acabava por imputar ao campo a condição de arauto da modernidade. Com base nesses pressupostos, distintos segmentos de grandes proprietários rurais advogaram a maior intervenção do Estado, em matéria de agricultura, não apenas no tocante à criação de melhores condições para a circulação de seus produtos, como também para sua própria produção.”

Mapa 1 – Mato Grosso do Sul: Espacialização das fecularias (2011)



Fonte: Elaborado pelo autor.

A área de colheita de mandioca reduziu de 32.492 hectares no ano de 2005 para 23.759 hectares no ano de 2009. Mas, a produção não tem acompanhado essa queda em termos percentuais devido ao aumento da produtividade que cresceu de 16,58 a 19,31 respectivamente. No mesmo período ela caiu de 538.754 toneladas no ano de 2005 para 459.011 toneladas produzidas no ano de 2009.

As interações espaciais desses grupos feculeiros, em sua maioria, estão relacionadas com as filiais e respectivas sedes, onde existe o comando logístico e de vendas,

além das operações financeiras mais centralizadas nos seus Estados de origem. A concentração das feculárias no Sudeste e extremo Sul do Mato Grosso do Sul deve-se muito a centralização administrativa do empresariado paranaense, paulista e catarinense. Em seus respectivos Estados, a reprodução do capital feculeiro é potencializada pelas estratégias espaciais e interações complexificadas pela diversificação das unidades fabris espalhadas em território sul-mato-grossense e no espaço da fronteira com o Paraguai e de seus produtos.

As interações espaciais via produção de amido de mandioca têm alcançado em maior medida o mercado nacional, e também de forma descontínua, o mercado internacional (com 3.000 toneladas em 2008, 3.413 toneladas em 2009 e 3.013 toneladas no ano de 2010) por alguns grupos feculeiros via fécula, amidos modificados, sagu, sendo que quantidades são transferidos para as matrizes não aparecendo todas as vendas nas exportações de Mato Grosso do Sul.

As empresas Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto, Pilão Amidos unidade de Deodápolis, Indústria Agro Comercial Cassava S/A, Incol: Indústria e Comércio de Fécula O Linda, Pantanal Agroindústria, pretendem ampliar sua capacidade de moagem ou ampliar o *mix* de seus produtos nos próximos anos, o que garante alguma expansão no setor.

Passemos agora a analisar as relações entre agricultores e empresas feculeiras, com vista ao conceito de territorialização do capital no território e de monopolização do capital no território.

Os trabalhadores: as relações de produção e subordinação no setor feculeiro

Na amostragem de 30 agricultores residentes nos Municípios de Ivinhema, Deodápolis, Fátima do Sul, Vicentina, Novo Horizonte do Sul e Juti, identificamos que 66,67% (20) dos entrevistados moram nas cidades e 33,33% (10) no campo. Esses agricultores se encaixam na Agricultura Familiar em essência de pequeno porte com área de até 100 hectares. Uma Agricultura Familiar não tão eficiente em termos produtivos, mas que tem função de fornecer matéria-prima a baixo custo às indústrias, que colocam a fécula de mandioca no mercado, considerando o papel socializador da agricultura.

A subordinação capitalista no setor mandiogueiro/feculeiro de Mato Grosso do Sul, ocorre de duas maneiras. Uma é pela subordinação direta, quando o empresário capitalista se apropria diretamente da terra por meio da compra, prática da feclaria Pantanal Agroindústria que planta em terras próprias, e também arrendadas. Portanto, ela está relacionada à territorialização do capital industrial que detém o controle da propriedade da terra (apropriação direta), da agricultura e da indústria, pois está centralizada na indústria, que é responsável por produzir capitalisticamente.

A Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto Ltda., localizada no Município de Anaurilândia/MS pretende entrar nessa lógica da territorialização, pois, a partir do ano de 2012 a empresa tem como meta plantar cerca de 240 hectares de mandioca para o próprio processamento industrial, se apresentando como estratégia para enfrentar a pressão e o crescimento do setor sucro-alcooleiro no Estado de Mato Grosso do Sul e, especificamente, nos Municípios onde a produção de mandioca para a indústria de fécula se faz mais presente. Ocorre que o preço da terra foi elevado, e, conseqüentemente, a renda da terra, uma vez que parte dos agricultores que cultivam mandioca são arrendatários e sentem dificuldades de continuar produzindo nas terras pelo aumento do preço do arrendamento, gerando escassez de matéria-prima para a indústria feculeira.

Outra forma de subordinação é pela apropriação indireta, quando o capital extrai o excedente econômico dos agricultores, por manter relações de compra de produções, características das demais feclarias entrevistadas. 50% dos agricultores da amostragem são arrendatários e, devido relação direta entre preço da terra e renda da, a renda desses agricultores com a atividade mandiogueira tem ficado comprometida devido ao aumento do preço da terra, e conseqüentemente, do arrendamento.

De 2006 a 2011, o preço da terra e o arrendamento nos Municípios que receberam implantação de unidades fabris de usinas sucro-alcooleiras, cresceu cerca de 50%. Em Ivinhema e em Fátima do Sul o preço da terra para a agricultura no mesmo período, passou de R\$5.371,90 a R\$10.330,57 e R\$4.958,67 a R\$12.396,67 o hectare, respectivamente. O arrendamento em Deodápolis para a plantação passou do ano de 2006 a 2011 de R\$206,61 a R\$413,22 o hectare. Outro fator que se junta a esse na elevação do preço do arrendamento da terra no Mato Grosso do Sul é o fato de que as últimas duas colheitas (ano de 2011), uma de soja e a outra do milho, foram consideradas boas do ponto de vista da produção e do preço, gerando ganhos razoáveis aos agricultores.

Encontramos dois tipos de arrendamentos praticados pelos agricultores que plantam mandioca nos Municípios estudados. No primeiro caso a renda da terra é paga em produto, que é considerada uma renda não-capitalista ou pré-capitalista da terra. O agricultor paga ao dono da terra renda em produto (mandioca). Podemos observar como exemplo, o ⁷agricultor de número 28 que arrendou a terra pagando 3,3 toneladas de mandioca/hectare, “livre”, já entregue na feccularia.

A segunda forma de arrendamento encontrada na região se caracteriza pelo pagamento da renda em dinheiro que é a renda da terra não-capitalista ou pré-capitalista mais avançada. É feita sua negociação por meio de contrato ou através do empenho da palavra, em contrato verbal entre ambas as partes, por certa quantia em dinheiro. Essa renda, como já vista, é trabalho transformado em produto que ao ser vendido é transformado em dinheiro. Como exemplo cabe destacar o caso do agricultor de número 28, no Município de Ivinhema, o qual arrendou a terra para plantar mandioca por dois anos, pagando R\$ 702,45. Estes são exemplos de renda da terra que já existiam em modos de produção anterior ao capitalista, o que sugere que o capitalismo não se reproduz de forma homogênea no espaço, refletindo isso, na configuração atual de Mato Grosso do Sul, incorporando a renda não-capitalista na circulação da produção.

Além dos 50% que plantam mandioca somente em terras arrendadas, uma pequena porcentagem dos entrevistados plantam mandioca apenas na própria terra. 23% e 27% dos que também plantam em terras próprias necessitam arrendar mais, uma vez que suas terras são insuficientes para manter as respectivas famílias. Queremos demonstrar que a Agricultura Familiar ainda necessita de uma base mais sólida para chegar a um patamar de agricultura bem estruturada e eficiente. Concordamos com Abramovay (1998), quando enfatiza a necessidade de o Brasil ter uma Agricultura Familiar bem consolidada e eficiente na produção de alimentos a exemplo dos países do centro capitalista, mas para se chegar a esse patamar, recorreremos, pois concordamos com Oliveira (1986) e Martins (1991), que uma reforma agrária por meio da qual ocorra uma melhor distribuição de terras a essa parcela sem-terra, bem como infraestrutura no campo, educação de qualidade, investimentos sociais etc., contribuiria para consolidação dessa classe.

Nos países do centro capitalista, o agricultor familiar conseguem transmitir às gerações seguintes seu legado de relação com a terra, já neste estudo, como foi constatado o agricultor familiar, possuidor de pequenas extensões de terras, cujas tradições e história

⁷ Levantamento feito no trabalho de campo em agosto de 2011.

de vida estão relacionadas ao campo, não tem conseguido auferir renda da terra suficiente, nem manter seu patrimônio e muito menos conseguido transmiti-lo aos seus filhos. Assim, os agricultores que não possuem a propriedade privada da terra são obrigados a viver numa situação de precariedade no setor agrícola, transformando-se em rendeiros de terras para plantarem e assim, ter vínculo com a terra.

Em face desse desafeto capitalista, expropriador, a Agricultura Familiar ainda preserva uma diversificação na plantação, principalmente com os 50% que possuem terras próprias, sendo que 40% plantam mais de duas culturas agrícolas como: soja, milho, feijão, cana-de-açúcar, urucum, café e maneja gado bovino. Entre os que não possuem terras, 33% plantam apenas mandioca e três deles têm outras atividades. Assim, para manter a característica de policultura, possuir a terra própria é indispensável.

Analisando os 14 proprietários que possuem apenas terras próprias e suas respectivas utilizações das áreas para o cultivo, identificamos que 63% delas são destinadas a outros cultivos e manejo de bovinos, enquanto 37% são ocupadas com o cultivo da mandioca. Isso demonstra que a mandioca não é a principal atividade desses agricultores, mas sim, a policultura, fugindo assim, da especialização que o capitalismo tenta impor aos espaços com a monocultura agrícola à Agricultura Familiar, para que não fiquem reféns das oscilações do mercado e também possam evitar situações adversas, entre elas, as condições climáticas. Já os agricultores que não possuem terras e plantam mandioca por meio do arrendamento (16 agricultores), são impossibilitados de manter a diversificação com a policultura, visto que plantam, em sua maioria, apenas mandioca.

Das áreas próprias ocupadas com mandioca, 79% são de tamanho de até 50 hectares. Quanto às áreas arrendadas, 63% possuem tamanho de até 50 hectares e apenas 6% são de tamanho superior a 100 hectares.

Na pesquisa, identificamos mais uma característica da Agricultura Familiar, como a manutenção de várias espécies de mandioca sendo plantadas ao mesmo tempo, tais como: Fécula Branca, Espeto, Cascudinha, Olho Junto, Nega Maluca e IAC 90. Com a ação das feculares, certa especialização é inevitável, a exemplo da espécie Cascudinha, a qual os agricultores estão deixando de plantar por exigências das indústrias que não conseguem extrair 100% do teor de amido identificado na balança hidrostática, penalizando os agricultores com 10% de desconto no preço.

Outro item que corrobora para aumento dos gastos e fragilização dos agricultores é a falta de maquinários para os tratos lavoureiros: 97% dos participantes da amostragem utilizam plantadeira para fazerem suas plantações, sendo que 54% possuem plantadeira própria, 43% alugam plantadeira para fazer o trabalho de plantação e apenas 3%, ou seja, um agricultor fez a plantação manualmente sem utilizar plantadeira.

No item técnica e plantação, identificamos que 70% (23) dos agricultores empregam apenas o conhecimento popular, sem recorrer ao acompanhamento técnico do manejo da lavoura, e apenas seis agricultores recorreram ao apoio técnico especializado do Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) e um deles a um agrônomo particular, o que diminui a extração da ⁸renda diferencial II. Portanto, com um acompanhamento técnico apropriado, aumentaria a produtividade por hectare (renda diferencial II).

No transporte das raízes até a feccularia, 47% dos agricultores transportam suas produções via caminhão próprio, e 50% dos agricultores não possuem caminhão e pagam frete pelo transporte até as indústrias beneficiadoras, e 3% um agricultor possui caminhão, mas, paga frete para o transporte de suas produções, o que significa fração da renda da terra apropriado pelos freiteiros.

Já 50% dos entrevistados, possuem experiência superior a 8 anos de plantio da mandioca, ou seja, nos locais analisados, a tradição com o cultivo de mandioca dos agricultores é inerente.

Na nossa avaliação, a produtividade média por hectare se mostrou baixa para 43% dos estabelecimentos entrevistados, pois produzem em média até 25 toneladas de raiz de mandioca por hectare. Considera-se que esta média é a renda do pior solo ou que não utilizaram técnicas adequadas de cultivo, que compõe a maioria dos estabelecimentos da amostragem. A média de 26 a 29 toneladas de raiz de mandioca por hectare correspondeu a 23% dos estabelecimentos. Já a média de 30 a 33 toneladas por hectare, correspondeu a 20% dos estabelecimentos entrevistados. Verifica-se que estas terras apresentam uma renda

⁸A renda da terra diferencial está ligada diretamente à produção: seu preço é definido pela melhor localização e pelas condições do solo, seja por suas próprias características de solo fértil (renda da terra diferencial I) que independe do capital, ou quando depende de investimentos do capital pela adubação do solo para se obter uma melhor fertilidade e conseqüentemente uma maior produção da lavoura (renda da terra diferencial II). Esta renda é, portanto, resultado da concorrência entre os produtores, uma vez que é produto do excedente do lucro extraordinário que o solo melhor localizado ou mais fértil proporciona, diferenciando-se, assim, por sua quantidade de produção (OLIVEIRA, 1986).

diferencial, ou seja, possuem uma produtividade acima da média geral e isso se deve à qualidade natural do solo e também à utilização de adubos orgânicos ou químicos. As melhores médias dos estabelecimentos entrevistados estão entre 34 a 37 toneladas de raiz por hectare e acima de 37 toneladas por hectare, ambas representam 7%. Portanto, muito pode ser feito para se tirar uma renda diferencial II do solo por meio de acompanhamento técnico e melhoramento de espécies adaptadas aos tipos de solos da região.

A mão-de-obra familiar nas unidades de produção representa diminuição do custo de produção da matéria-prima utilizada pelas indústrias, pois não é computada como custo de produção, uma vez que a família não recebe salário para produzir. Nesta amostragem, 27% dos entrevistados fazem uso de mão-de-obra exclusivamente familiar para os tratos culturais gerais: 43%, a maior parte da amostra, disseram utilizar tanto a mão-de-obra familiar quanto a mão-de-obra contratada para os tratos culturais. Do total, 30% disseram utilizar apenas mão-de-obra contratada, enquanto 70% dos entrevistados utilizam mão-de-obra familiar, o que diminui o custo da produção e, conseqüentemente, o preço da matéria-prima apropriado pelas indústrias, devido a monopolização do território.

O trabalho familiar ainda se faz presente no arranque da raiz de mandioca, sendo que 30% dos agricultores utilizam a mão-de-obra familiar e também a contratação de “turma de arranque”. Os outros 70% utilizam apenas a contratação de turmas para o arranque da raiz, por ser um trabalho muito laborioso, que exige tempo rápido de entrega após a extração, com cerca de até 72 horas. A contratação temporária também é uma característica da Agricultura Familiar.

Por meio dessa análise foi possível detectar como as indústrias feculeiras se relacionam com os agricultores: 30% dos agricultores afirmaram que fizeram contrato de venda com as fecularias e 70% afirmaram que não fizeram contratos de venda de seus produtos. Esses contratos firmados entre esses dois grupos no segmento feculeiro de Mato Grosso do Sul funciona tão somente para que os agricultores adquiram empréstimos junto aos bancos, não sendo obrigados a entregar suas produções às empresas com quem firmam os contratos. Há uma relação de aproximação nesse caso, mas não há a exigência de que esse contrato seja cumprido por nenhuma das duas partes. Assim, os agricultores ficam “livres” para entregarem suas produções às fecularias que lhes tragam mais benefícios, pois o setor se apresenta como concorrencial pela busca de matéria-prima o que é positivo para os agricultores.

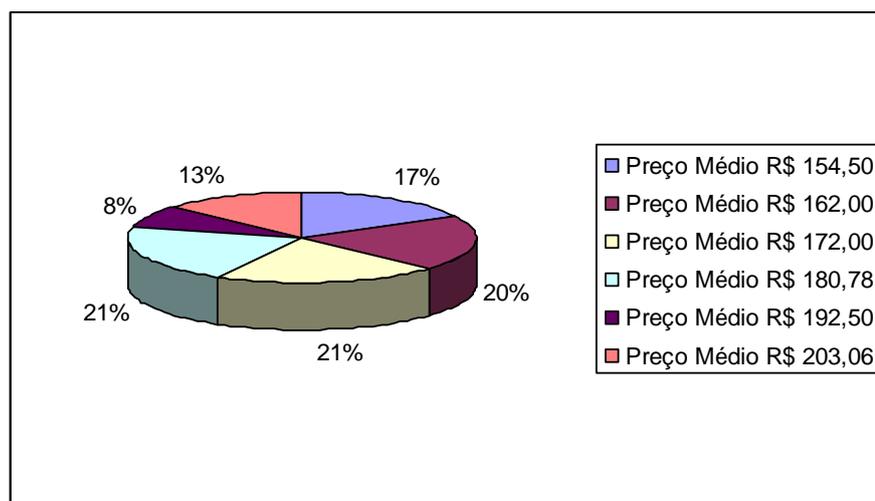
Nessa relação entre agricultores/feculárias, os chamados “donos de turmas” de arranque de mandioca se apresentam como um elo entre os dois grupos, pois muitos agricultores ao contratarem os “donos de turmas” de arranque, lhes permitem a escolha da fecularia para a entrega da produção, ou pedem indicação de onde entregar a produção, caso o agricultor não tenha essa aproximação com a empresa.

Constatamos que o procedimento utilizado pela Indústria Agro Comercial Cassava S/A no ano 2008 foi alterada, pois pagava a renda baseada no teor de amido medido pela balança hidrostática com intervalos de 50 gramas para uma renda melhor ou pior. Agora, os agricultores estão recebendo por grama real, ou seja, sem os intervalos de 50 gramas para uma renda melhor ou pior. O mesmo procedimento também está sendo utilizada na fecularia Pilão Amidos do Município de Deodápolis e fecularia INCOL: Indústria e Comércio de Fécula O'linda em Ivinhema.

Outra estratégia para vencer a concorrência em tempos de escassez de matéria-prima pelas feculárias é pagar certa quantia a mais aos agricultores que possuem sítios mais próximos a empresas concorrentes ou oferecer ajuda no frete dos transportes de produtos (mandioca) até a fecularia.

As feculárias trabalham com um gerente de compras que negocia a matéria-prima com os agricultores e esses recebem o pagamento com prazo entre sete dias e/ou um mês após a entrega, dependendo da época do ano. A Indústria Agro Comercial Cassava S/A paga normalmente em sete dias após o recebimento da produção. E a Fecularia Pilão Amidos Ltda efetua o pagamento com um prazo de um mês. A diferença geralmente está no preço: se a fecularia pagar num espaço de tempo menor entre a entrega da mandioca e do recebimento o preço será menor e se num espaço de tempo maior, o preço de recebimento será maior. Então, depende da estratégia do agricultor se espera um espaço de tempo maior ou menor para receber o pagamento de seu produto.

Foram constatadas seis médias de preços recebidos pela tonelada de raiz de mandioca dos agricultores entrevistados. Com uma diferença de preço entre o primeiro e o último de 23,92%. Isto demonstra que o rendimento da produtividade da mandioca ainda precisa crescer muito para se ter uma renda diferencial razoável.

Figura 1 – Média dos preços das toneladas de mandioca recebidas pelos produtores

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2011.

Segundo o levantamento em um estabelecimento da 10ª Linha no Município de Deodápolis, o agricultor recebeu por hectare o valor, livre de despesas, de R\$2.674,15, ou seja, se uma família possuir uma área de 20 hectares plantada de mandioca colhendo com dois anos obterá R\$53.483,00, um rendimento de R\$26.741,50 ao ano. Porém, se a área for arrendada (com preço médio pago pelo hectare de R\$ 702,45) no final de dois anos receberá R\$39.434,00, ou seja, R\$19.717,00 ao ano, uma queda de 26,27% na renda.

Os agricultores se mostraram ansiosos em solucionar alguns problemas setoriais específicos do setor feculeiro. Entre eles, as oscilações de preços da raiz, cuja média no decorrer do ano é de 25%, enquanto em outros cultivos, como por exemplo, o milho, chega a uma oscilação média de 17%. Portanto, um preço mínimo anual é sugerido, afim de trazer maior segurança, como destaca o agricultor número 1: “O Governo precisa manter uma política de preço mínimo compatível com o custo de produção, a fim de manter estáveis os preços, evitando, assim, as grandes variações de preços no decorrer do ano”.⁹

Também, para superar os gargalos no setor, é preciso que as formas de se adquirir empréstimos dos agricultores arrendatários plantadores de mandioca, seja facilitada com menos burocracia e que os juros sejam os menores possíveis. Grande parte dos agricultores familiares estão em fragilidade com relação à atividade, não possuem um aparato técnico adequado para o trabalho, recorrendo a alugamento de equipamentos como: plantadeiras,

⁹ Fala de um agricultor morador do Município de Fátima do Sul/MS.

tratores, caminhões para o transporte etc., o que reduz significativamente a renda familiar. Essa preocupação aparece na fala do agricultor número 26:

“Estipular preço mínimo, melhorar estradas no sítio, tirar burocracia para financiamento em adquirir maquinários, incentivar as fecculárias que estão sendo implantadas em Ivinhema, pois está faltando quem pegue a produção em Ivinhema, a feccularia Pantanal planta para seu próprio processamento e a Incol trabalha apenas alguns meses por ano (agricultor morador do Município de Ivinhema/MS).”

Pesquisas para melhoraria das espécies de mandioca para cada tipo de solo são importantes, pois falta esse conhecimento de espécies que melhor se adaptam aos diferentes tipos de solos da região para que produzam com mais qualidade e, assim, se obtenha uma maior renda diferencial II ao produtor.

Incentivar o desenvolvimento de maquinário para o arranque de raiz de mandioca para diminuir o custo por contratação de turmas, o qual representa cerca de 45,10%, (conforme levantamento do custo de produção de um agricultor morador do Município de Deodápolis).

Considera-se que as empresas que operam em apenas uma época do ano, aproveitando assim os meses de maiores ofertas de mandioca retiram a renda diferencial dos produtores, puxando os preços da raiz para baixo nesses meses do ano, gerando maior ¹⁰renda absoluta (renda da terra artificial) na circulação da mercadoria (da matéria-prima) e também da fécula, uma vez que ocorre também a prática de estocar a fécula e somente vender quando o preço no mercado estiver em alta. Com essas práticas, operam com um maior grau de subordinação na renda familiar desses agricultores, quando operam apenas nos meses do ano que a raiz tem maior produtividade, assim, o preço da raiz é rebaixado.

Os trabalhadores que atuam no arranque da mandioca possuem um número expressivo de mulheres, o que contrapõe a lógica do sexo frágil, já que é um trabalho

¹⁰ A renda absoluta da terra é entendida como a mais-valia global social que toda sociedade paga ao proprietário da terra. Portanto, não é fração do excedente do trabalho sobre a terra, mas da mais-valia da massa social. A renda absoluta da terra também pode ser obtida pelo monopólio da terra, pois pode se dar quando há um desvio entre o preço de produção e o preço de mercado, quando esse último é elevado. E ainda existe uma diferença entre a renda da terra de monopólio da renda da terra absoluta. É que a primeira advém de um preço de monopólio de uma mercadoria especial: é o preço de monopólio que gera a renda da terra de monopólio. Na segunda, a renda da terra absoluta, é a existência da renda que gera o preço de monopólio. Isto acontece quando o proprietário do pior solo cobra renda acima do preço de produção para colocar seu produto criando, portanto, um preço artificial (OLIVEIRA, 1986).

pesado. São camponesas que sempre trabalharam na lavoura. Nos Municípios de maior tradição no cultivo da mandioca destinado a indústria elas trabalham o ano inteiro nessa atividade, além de carpir e cortar ramas (manivas) para o plantio. Trabalham 8 horas por dia e recebem entre R\$ 30,00 a R\$ 40,00 pela diária. O organizador da turma, conhecido como “dono da turma” de arranque de mandioca, aparece como um pequeno capitalista que explora o trabalho das trabalhadoras. Neste estudo, a mais-valia do organizador da turma chegou mais de 50% do trabalho dos seus subordinados, pois pagava apenas R\$30,00 pela diária.

Tabela 1 – Quantificação da exploração do trabalho

<i>Produção do trabalhador na arranca da raiz por dia de trabalho (R\$)</i>		<i>Valor pago pelo dono da roça (p/ ton) (R\$)</i>	<i>Recebimento pelo dia de trabalho (R\$)</i>	<i>Mais-valia que fica com o organizador da turma (p/ trabalhador) (R\$)</i>
(em kg) 1.370	68,50	50,00	30,00	38,50

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2011.

Somente no Município de Ivinhema existem de 10 a 12 turmas de arranque de mandioca atuando junto às propriedades rurais, com cerca de 10 a 12 pessoas trabalhando, muitos deles de maneira informal. Em Deodápolis existem cerca de cinco turmas de arranque, e, em Fátima do Sul, existem três, sendo que algumas são legalizadas. As características socioeconômicas dessas trabalhadoras, principalmente as que não trabalham de forma legalizada, mostra a falta de oportunidade com relação ao trabalho digno e as condições econômicas apropriadas para se viver. Nessas condições, falta ainda o supervisionamento das autoridades trabalhistas, e/ou dos sindicatos dos trabalhadores em fiscalizar a informalidade.

Devido a essas condições precárias de trabalho com alto grau de exploração, propõe-se que essas trabalhadoras se organizem em associações, fortalecendo a ação

política e para que a produtividade do trabalho seja dividida entre os membros, escapando da super-exploração do “dono da turma”.

As relações de trabalho dentro das fábricas feculeiras têm passado por modificações no Estado de Mato Grosso do Sul, devido as mudanças técnicas do maquinário e do modelo de gestão empregado pelas gerências, visando otimizar a produção para o aumento da produtividade e do lucro empresarial. Por detrás da otimização do chão de fábrica, está a despersonalização do trabalho, uma vez que o trabalho deixa de ser pautado no ritmo da natureza para ser pautado no ritmo da fábrica (mecânico). Portanto, muda-se a cultura profissional do trabalhador e obriga-o a se juntar as peças das máquinas, apenas como uma extensão desta, ao invés de compor e tocar (disciplinar a fábrica). Portanto, a subordinação passa do grau de formal - quando o capital compra a força do trabalho para apropriar-se do produto, mas não se apossa do modo de fazer as coisas - para real - quando o corpo do operário se apresenta apenas como extensão de uma máquina qualquer obedecendo ao ritmo mecânico (MARTINS, 2008).

É importante salientar que, conforme esse estudo, um ex-operário não estava trabalhando em condições ambientais adequadas no chão de fábrica. Além de reclamar da elevada temperatura no ambiente, declarou que não recebia um dia de descanso durante todas as semanas do mês, e nem trabalhava apenas as 8 horas diárias previstas, chegava a trabalhar até 12 horas. Também não recebia adicionais de insalubridade e de periculosidade que lhe era de direito, devido ao manuseio de cloro (ácido corrosivo) e de vapor. Portanto, é necessária maior atenção das autoridades competentes em fiscalizar as condições desses trabalhadores dentro das fábricas feculeiras no estado.

As mudanças trouxeram o controle do desperdício do tempo de trabalho e aumento da produtividade. Assim, as fábricas feculeiras de Mato Grosso do Sul estão passando por uma reestruturação, pois trazem profissionais, maquinários, culturas e profissionais de outras Unidades da Federação tradicionais na atividade, gerando um novo modelo de gestão sob o olhar dos profissionais sul-mato-grossenses.

Considerações finais

Consideramos que o setor mandioqueiro no Mato Grosso do Sul especialmente o ligado as fecularias, sofreu alterações substanciais devido a implantação de usinas

sucroalcooleiras em seu território, alterando a maneira de suas relações (relações produtor\indústria) devido a prática de o arrendamento ser uma prática constante pelos agricultores neste setor, uma vez que o setor canavieiro está mais capitalizado, arrenda por um preço mais alto.

As políticas setoriais públicas ou privadas devem fortalecer os agricultores com vista à cota de preço mínimo da raiz de mandioca para evitar grandes oscilações do mercado que prejudicam o setor, e ceder à medida do possível (aqui falamos do setor público) terras aos que não a possuem, mas que a arrendam para o cultivo da mandioca devido ao próprio apelo social desta cultivare e, sobretudo, para facilitar a prática da policultura, visto do já provado, que quem possui terra consegue diversificar sua produção se configurando numa estratégia para fugir de problemas climáticos e de mercados.

Parte significativa dos agricultores que plantam mandioca em Mato Grosso do Sul, recorre pouco a especialistas como agrônomos e técnicos agrícolas, o que dificulta o aproveitamento da renda diferencial I, devido a escolha de espécies apropriadas ao solo e também da renda diferencial II, pela não correção correta do solo por adubos orgânicos ou químicos.

Falta fiscalização do Estado às relações trabalhistas muitas vezes informais seja dentro da fábrica ou no arranque da raiz, visto da falta do pagamento de insalubridade e periculosidade a operários e da prática da existência de turmas do arranque sem registros que explora tanto o trabalho masculino quanto o feminino.

Portanto, estes itens citados são os gargalos mais notáveis do setor mandioqueiro\feculeiro no Mato Grosso do Sul, que necessitam de soluções para um melhor funcionamento das práticas mais justas dos aspectos humanos.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARANHA, M. L. de A. Trabalhar para quê? In: KUPSTAS, Márcia (Org.). **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 1997, pp. 21 – 38. (Coleção polêmica. Série debate na escola).

BRAND, A. **O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá**. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1993. p.1-75; p.116-132.

BRANDÃO, C. R. BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular, Uberlândia**, v. 6, n 1. 2007, pp. 51-62.

CEPEA, **CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/mandioca/>. Acesso em: 20/02/11 às 11h30min.

COSTA, U. G. **As relações de produção na cadeia produtiva de mandioca**: Indústria Agro Comercial Cassava S/A – Monografia apresentada ao curso de Geografia como parte de conclusão de curso. Glória de Dourados - MS. Glória de Dourados, MS: UEMS, 2008. 101p.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada, Presidente Prudente**, V.9, n.1, jun. 2008, pp. 35-62.

_____. **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul**. Corumbá: AGB, 1996, pp. 7-90.

FIGUEIREDO NETO, L. F. F.; RODRIGUES, F. da S. e REINERT, J. N. Caracterização dos Aglomerados Agroindustriais de Mato Grosso Do Sul. In: **SOBER, XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco/AC, 20 a 23 de Jul. 2008, pp. 1-13.

GAMEIRO, A. H. *et al.* **A indústria de amido de mandioca**. Ed. ALVES, E. R. de A.; VEDOVOTO, G. L. Brasília: Embrapa. 2003.

GREGÓRIO, E. C e JOIA, P. R. Uma Análise do Sistema Produtivo de Farinha de Mandioca no Município de Anastácio-MS. **XVII Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos: Novos Olhares da Geografia: Múltiplos Territórios, Múltiplos Fazeres e Múltiplos Saberes**, Aquidauana/MS, 28 a 31 de Out. 2009, pp.145-152.

HARVEY, D. O neoliberalismo em julgamento. In: HARVEY, D. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. pp.165-195.

_____ As perspectivas da liberdade. In: HARVEY, D. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. pp.197-234.

LE BOURLEGAT, C. A. *et. al.* **Arranjo produtivo local de mandioca do Vale do Ivinhema**. Relatório de atividades da expansão da RedeSist. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2004.

LORENZI, J. O. e DIAS, C. A. de C. **Cultura da Mandioca**. 2ª impressão. Campinas: CATE, 1993.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 2ª ed. São Paulo; Petrópolis R. J.: Polis/Vozes, 1984.

MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____ **A aparição do demônio na fábrica: Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MICHELS, I. CARVALHO, M. da C. MENDONÇA, C. G. **Mandioca**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, Mato Grosso do Sul: Editora da UFGD, 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____ **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Montevideo: 12do Encontro de Geógrafos de América Latina, Egal (Encontro), 2009.

_____ Renda da Terra. **Revista Orientação do Igeog Usp**, São Paulo, n. 7, 1986.

_____ **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

_____ Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, 1981. Nº 58.

OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. **O Campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. pp. 40-70.

OLIVEIRA, T. C. M. de. **Agroindústria e reprodução do espaço** – Brasília: Ministério da Integração Nacional. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. 2003.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. N. 31, abr. 2002. pp.133-154.

RANGEL, I. **Obras reunidas I e II**. São Paulo: Contraponto, 2001.

LOMBA, R. M. Pensando o urbano por meio da capitalização do campo e do processo de industrialização: o caso recente do município de Caarapó MS. In: **12º Encuentro de Geografos de America Latina, 2009, Montevidéo. Problemática dos espaços agrários**. Montevidéo : Easy Planners, 2009. v. 01. pp. 01-07.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. Ed. 1. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 7).

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANI, J. C. C. **Ciclo da Mandioca no Município de Campo Largo**. Disponível em: <http://www.jornalcidade.com/>. Acesso em: 17/07/2008 às 17h21min.

SANTOS, J. L. dos.; SUZUKI, J. C. Renda da terra e exploração do trabalho: uma contribuição teórica a partir da perspectiva marxista. MONDARDO, M. (Org.) In: **Espaços agrários e meio ambiente: Bahia, Bahias**. Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura Ltda, 2011, pp. 82 – 102.

SCHUROFF, I. A. et. al. **Identificação dos fatores externos que ocasionam ameaças no setor mandioqueiro no município de Ivinhema - MS**. Campo Grande: XIII Congresso Brasileiro de Mandioca. Congresso, 2010. pp. 1091 – 1095.

SEBRAE, UNIVAP; **Cadeia produtiva agroindustrial da mandioca: Mato Grosso: diagnóstico**. ADÃO, S. S. coordenador. Cuiabá: Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

SILVA, J. R. da. **Retrospectiva do setor de mandioca e desafios futuros**. XI Congresso Brasileiro de Mandioca. 2007.

SOUZA, J. da S. e OTSUBO, A. A. Perspectivas e potencialidades de mercados para os derivados de mandioca. In: OTSUBO, A. et al. (Org.) **Aspectos do Cultivo de Mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa/Uniderp. 2002, pp. 13: 29.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000. (Economia & Planejamento; 40. Série “Teses e Pesquisas”; 24).

TOLEDO, V. V. e GANCHO, C. V. Mulheres e homens com as mãos na massa. In: KUPSTAS, M. (Org.) **Trabalha em debate**. São Paulo: Moderna, 1997, pp. 57 – 69. (Coleção polêmica. Série debate na escola).

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e Emergência Teórico-Prática da Reforma Agrária como Instrumento de Luta dos Trabalhadores no Brasil. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 10, 2009, pp. 1-30.

VALLE, T. L. Mandioca: dos índios á agroindústria. Revista Abam. Ano III - Nº11 - Julho - Setembro/2005. Disponível em: <http://www.abam.com.br/index.php>. Acesso em: 16/07/08 às 10h28min.

VALLE, P. C. S. do. **A dinâmica do conhecimento entre os produtores da agricultura familiar no arranjo produtivo local da mandioca no Vale do Ivinhema.** Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Dom Bosco, Campo Grande, 2006, 99p.